



**TRADUÇÃO DOS FRAGMENTOS POLÍTICOS INTITULADOS *DO ESTADO DE NATUREZA E DO PACTO SOCIAL***

**Jean-Jacques Rousseau**  
**Tradução e Apresentação de**  
**Rafael de Araújo e Viana Leite**

**Apresentação**

Robert Derathé desengana o leitor, logo no início de sua Apresentação aos excertos de Jean-Jacques Rousseau classificados como ‘*Fragmentos políticos*’, caso imagine encontrar nesses textos inacabados um possível dossiê referente às *Instituições políticas*<sup>1</sup>. Projeto que, como se sabe, nunca foi realizado completamente, ao qual o *Contrato social* se ligaria enquanto primeira parte. Caso possamos falar de um dossiê seria em forma de um conjunto variado e abrangente de temas políticos que interessavam Rousseau. Nos dois fragmentos aqui traduzidos, de fato, são explorados assuntos que se ligam ao *Manuscrito de Genebra*, o *Contrato social*, o *Discurso sobre a desigualdade* e também ao verbete *Economia política*. Nesse sentido, temas importantes como o Estado de natureza, a teoria paternalista de poder e o pacto social serão abordados.

Para os que imaginam, de outro modo, encontrar nesses fragmentos a explicitação da gênese do pensamento político de Rousseau, a *Apresentação* de Robert Derathé também será uma espécie de desapontamento. Não sendo datados, recolhidos a partir de manuscritos não sistematizados, fica praticamente impossível marcar algum tipo de evolução cronológica ou progressão intelectual do filósofo (1964, t. III, p. CXVII). Qual seria o ganho da tradução em língua portuguesa desses dois excertos?

---

<sup>1</sup> Apresentação que se encontra nas obras completas de Jean-Jacques Rousseau (Pleiade, 1964, tomo III, pp. CXVII-CXIX).

Além de fornecer a tradução de fragmentos ainda inéditos em português, outro ganho desta empreitada é munir os leitores da Filosofia das Luzes com textos cujos temas contemplados são, sem dúvida, fundamentais tanto para a doutrina política do filósofo genebrino quanto de outros pensadores do período. No caso desta tradução, podemos encontrar variantes de passagens contidas em obras publicadas pelo autor, notas esparsas, além de esboços ou trechos de obras inacabadas. Leitura que poderá ser benéfica aos estudos de Rousseau no Brasil, seja no caso de pesquisadores ou mesmo de curiosos da obra do filósofo. Como diz ainda Robert Derathé, esses fragmentos não devem deixar indiferentes os que se interessam pelo conjunto da obra de Rousseau, pois, *“encontrarão trechos que esclarecem o pensamento do autor ou fórmulas em que ele se exprime com tanto vigor ou precisão quanto em obras publicadas.”* (1964, t. III, p. CXVIII).

Utilizei como texto base a edição da Pleiade das obras completas de Rousseau (*Oeuvres Complètes*, 1964, tomo III, pp. 473-490).

\*\*\*

## TRADUÇÃO

### I

## INTRODUÇÃO

### 1

Grandeza das nações.

Governo

Das Leis.

Da Religião.

Da honra.

Das f.<sup>2</sup>

Do Comércio.

Das Viagens.

Dos Alimentos.

abuso em relação à sociedade.

Cultivo das ciências.

Exame da *República*, de Platão.

## 2

### Prefácio

Direi a verdade, e a direi com o tom que lhe convém. Leitores pusilânimes, a quem sua simplicidade enoja e a quem sua franqueza revolta, fechem meu livro, não é para vós que ele foi escrito. Leitores satíricos, que só amam da verdade aquilo que pode nutrir a malignidade de vossa alma, fechem e joguem fora meu livro, não encontraríeis aquilo que procurais, e vós não tardariam a perceber todo o horror que o autor tem para convosco.

Se este escrito cair entre as mãos de um homem honesto que ama ternamente a virtude, que ama seus irmãos, que se compadece com seus erros e detesta seus vícios, que saiba se enternecer algumas vezes com os males da humanidade e, sobretudo, que trabalhe para torná-la melhor, ele pode ler esse livro com toda a segurança. Meu coração irá falar ao seu.

Gosto de me lisonjear ao pensar que um dia algum homem de Estado será cidadão, que ele não mudará em nada as coisas unicamente para fazer diferente de seu predecessor, mas para fazer com que elas melhorem. Que ele não tratará o tempo todo, apenas da boca para fora, da felicidade pública, mas que ele a tenha um pouco em seu

---

<sup>2</sup>Não se sabe o que esse 'f' significa, pode-se conjecturar que seja 'mulheres' (em francês '*femmes*') ou talvez 'finanças'. Na edição da Pleiade, em nota, é ressaltado que temos apenas uma lista de questões escritas pelo autor para uso pessoal, sem que se possa ver nela um sumário de alguma obra, como as *Instituições políticas*, livro planejado, porém, jamais escrito por Rousseau. Temos aqui uma lista abrangente de temas explorados em mais de uma obra do filósofo. Rousseau aborda, por exemplo, o tema das viagens no *Emílio*, fala das leis no *Contrato social* e do cultivo das ciências no *Discurso sobre as ciências e as artes*, como indica Robert Derathé (1964, t. III, p. CXVI).

coração. Que ele não tornará os povos infelizes para consolidar sua autoridade, mas que ele fará uso de sua autoridade para estabelecer a felicidade dos povos. Que por uma feliz coincidência ele lançará os olhos sobre este livro, que minhas ideias sem forma farão nascer nele outras mais úteis, que ele trabalhará para tornar os homens melhores ou mais felizes, e que talvez eu tenha contribuído com algo para isso. Essa quimera me colocou a pluma na mão...

3

Depois que a passagem de alguns anos tiver apagado meu nome dos faustos literários, possa este livro ainda viver entre alguma nação pobre e ignorada, mas justa, sábia e feliz que, preferindo a paz e a inocência à glória e às conquistas, lerá algumas vezes com prazer...

4

Pois quando se esgotou todas as pesquisas agradáveis é preciso lançar-se, enfim, para evitar uma ociosidade que o hábito de pensar torna insuportável, nas pesquisas úteis. Ademais, as Artes mais frívolas em aparência...

II

## **DO ESTADO DE NATUREZA**

1

Quem quer que, renunciando de boa-fé a todos os preconceitos da vaidade humana, reflita seriamente sobre todas essas coisas, encontrará, enfim, que todas essas grandes palavras tais quais sociedade, justiça, leis, defesa mútua, assistência aos mais fracos, filosofia e progresso da razão não passam de ilusões inventadas por políticos sagazes ou por bajuladores covardes para imporem-se sobre os mais simples e, concluirá, a despeito de todos os sofismas dos raciocinadores, que o puro estado de

natureza é aquele entre todos no qual os homens seriam o menos perversos, o mais felizes e em maior número sobre a terra<sup>3</sup>.

2

A voz da natureza e aquela da razão não se encontrariam nunca em contradição se o homem não tivesse ele mesmo se imposto deveres que em seguida é forçado a sempre preferir frente ao impulso natural.

3

Mas os deveres do homem no estado de natureza estão sempre subordinados ao zelo por sua própria conservação que é o primeiro e o mais forte de todos.

4

... de onde se segue que transgredir a Lei natural não é outra coisa senão, por uma maneira de agir extraordinária e contrária à ordem da natureza, fazer uma exceção particular a algumas de suas relações gerais.

5

Ainda que as associações sobre as quais acabo de falar não fossem mais do que tácitas, que elas só tivessem um objetivo determinado e não durassem mais do que a necessidade que as haviam formado, não deixavam de lhe dar alguma ideia grosseira...

6

Mas as disputas eram tão raras e as assistências mútuas tão frequentes que deve ter resultado dessa convivência livre muito mais benevolência do que raiva, disposição que acrescentada ao sentimento de comiseração e de piedade, gravado pela natureza em todos os corações, deve ter feito os homens viverem suficientemente em paz em rebanho.

7

Enquanto os homens preservaram sua primeira inocência, eles não tiveram necessidade de outro guia senão a voz da natureza. Enquanto não se tornaram perversos,

---

<sup>3</sup> Sobre o termo 'Estado de natureza' e também 'Estado', a grafia oscila entre maiúscula e minúscula. Mantive a oscilação do texto original.

eles foram dispensados de serem bons, pois a maior parte dos males de que sofrem lhes vêm muito menos da natureza do que de seus semelhantes. De forma que, antes de um homem ser tentado a prejudicar um outro, a beneficência era quase um dever supérfluo. E pode-se dizer que mesmo a virtude, responsável pela felicidade daquele que a exerce, só tira sua beleza e sua utilidade das misérias do gênero humano.

Mas enfim, chegou um tempo em que o sentimento de felicidade se tornou relativo, em que foi preciso, para saber sobre sua própria felicidade, considerar os outros. Mais tarde, chegou um tempo em que o bem-estar de cada indivíduo dependia de tal maneira do concurso de todos os outros, e em que os interesses se cruzavam a tal ponto, que era preciso necessariamente estabelecer uma barreira comum, respeitada por todos, e que limitava os esforços de cada um para se arranjar às custas dos outros.

8

Quando se observa a constituição natural das coisas, o homem parece evidentemente destinado a ser a mais feliz das criaturas. Quando se raciona a partir do estado atual, a espécie humana parece de todas a mais passível de compadecimento. Há, portanto, a forte aparência de que a maior parte de seus males são sua obra, e dir-se-ia que ela fez mais em prol de sua condição ruim do que a natureza não o pôde fazer para torná-la boa.

Se o homem vivia isolado, ele teria poucas vantagens sobre os outros animais. É com a frequência mútua que se desenvolvem as mais sublimes faculdades e que se mostra a excelência de sua natureza.

Pensando somente em satisfazer suas necessidades, ele adquire pela convivência com seus semelhantes, com as luzes que devem lhe esclarecer, os sentimentos que devem torná-lo feliz. Em uma palavra, é somente tornando-se sociável que ele se torna um ser moral, um animal razoável, o rei dos outros animais e a imagem de Deus na terra.

Mas o homem poderia ser um ser muito razoável com luzes bem limitadas. Pois, não vendo senão os objetos que lhe interessavam, ele os considerava com muito zelo e os combinava com uma grande justeza relativamente às suas verdadeiras necessidades. Desde que suas vistas se estenderam, e que desejou tudo conhecer, ele se empenhou em colocar a mesma evidência nos seus raciocínios, ficou mais atento em multiplicar seus

juízos do que em garantir-se do erro, tornou-se muito mais raciocinador e muito menos razoável.

Todas essas desordens ligam-se mais à constituição das sociedades do que àquela do homem, pois são essas necessidades físicas, em comparação com aquelas que ele se deu, e como poderia esperar tornar sua condição melhor com essas últimas, porque essas novas necessidades estando ao alcance apenas de um pequeno número e mesmo para a maior parte sendo exclusivos, um único indivíduo não poderia usufruir delas sem que mil outros não sejam delas privados e pereçam infelizes depois de muitos tormentos e dificuldades inúteis.

9

Os tempos dos mais vergonhosos desregramentos e das maiores misérias do homem foi aquele em que novas paixões, tendo abafado os sentimentos naturais, o entendimento humano não havia ainda feito suficiente progresso para suprir por meio de máximas de sabedoria os movimentos da natureza. Uma outra época, menos terrível em um primeiro aspecto, porém, ainda mais funesta na realidade é aquela em que os homens, à força de sutilar e enriquecer a arte de raciocinar, chegaram ao ponto de virar do avesso e confundir toda a doutrina da sociedade e dos costumes, e a considerar um sistema de moral como simplesmente uma ilusão entre as mãos de pessoas de espírito, com o objetivo de tirar partido da credulidade das pessoas simples.

10

Tão logo um homem se compara com os outros ele se torna necessariamente seu inimigo, pois cada um desejando em seu coração ser o mais potente, o mais feliz, o mais rico, só pode encarar como um inimigo secreto quem quer que, tendo o mesmo projeto em si mesmo, torna-se para ele um obstáculo para a realização do seu. Eis a contradição primitiva e radical que faz com que as afecções sociais sejam somente aparência, e é somente para nos preferir aos outros com mais força que nós fingimos os preferir a nós mesmos.

11

O homem isolado é um ser tão fraco, ou aos menos cuja força é de tal maneira proporcional às suas necessidades naturais e ao seu estado primitivo, que por pouco que

esse estado mude e que essas necessidades aumentem ele não pode mais prescindir dos seus semelhantes e quando, à força de progressos, seus desejos abraçam toda a natureza, o concurso de todo gênero humano é dificilmente suficiente para os saciar. É assim que as mesmas causas que nos tornam perversos nos tornam ainda escravos, e que nossa fraqueza nasce de nossa cupidez, nossas necessidades nos aproximam uns dos outros na medida em que nossas paixões nos dividem e, quanto mais nos tornamos inimigos, menos nós podemos prescindir uns dos outros.

## 12

Entretanto, ainda que não haja sociedade natural e geral entre os homens, ainda que se tornem perversos e infelizes tornando-se sociáveis, ainda que as leis da justiça e da igualdade não sejam nada para os que vivem ao mesmo tempo na independência do Estado de natureza e submetidos às necessidades do Estado social, longe de pensar que não haja mais virtude nem felicidade para nós, e que o céu tenha nos abandonado sem recurso diante da depravação da espécie, esforcemo-nos em tirar do próprio mal o remédio que deve curá-lo. Por meio de novas associações reparemos o vício interno da associação geral. Que nosso interlocutor violento seja ele mesmo o juiz de nossos trabalhos. Mostremos a ele, na arte aperfeiçoada, a reparação dos males que a arte em seu início causou à natureza. Mostremos a ele toda a miséria do estado que ele acreditava feliz. Façamos com que ele veja em uma constituição de coisas mais ampla o preço das boas ações, o castigo das más e o acordo amável entre a justiça e a felicidade. Esclareçamos sua razão com novas luzes, aqueçamos seu coração com novos sentimentos, e que ele aprenda a sentir o prazer de multiplicar seu ser unindo-o àquele dos seus semelhantes. Enfim, que ele se torne, em prol do seu próprio interesse, mais amplo, justo, caridoso, moderado, virtuoso, amigo dos homens e o mais digno de nossos cidadãos.

## 13

Por pouco que nós saibamos explicar a ele a verdadeira constituição de um governo são e legítimo, se meu zelo não me cega nesse grande empreendimento, não duvidemos que com uma alma forte e um sentido correto esse inimigo do gênero humano não abjure, enfim, à sua raiva com seus erros e que de um salteador feroz tal

como ele queria ser acabe se tornando, por seu próprio interesse, mais amplo, justo, caridoso, moderado, virtuoso, amigo dos homens e o mais digno de nossos cidadãos.

14

Vós poderíeis, talvez, recuar ou prevenir certos males que, talvez, também não vos atinja jamais, porém, vós não podereis fazer isso senão dando a si mesmo males mais incontestáveis e não menos funestos.

15

... para recomeçar de onde nós partimos. Tentemos sobre alguma parte da arte de governar o que seria desejável que fosse feito em todas as ciências, destruamos tudo o que foi feito. É agora o que há de melhor a se fazer, pois para dar uma regra conforme às ações dos homens é preciso primeiramente regrar bem as relações diversas que eles devem ter entre eles.

16

## Capítulo 1

### **DO DIREITO NATURAL E DA SOCIEDADE GERAL**

Começemos por suprimir um equívoco que é a fonte de muitos sofismas.

Há duas maneiras de abordar...

III

### **DO PACTO SOCIAL**

1

O povo só pode contratar com ele mesmo, pois se ele contratasse com seus oficiais, na medida em que os torna depositários de toda potência, e que o povo não teria nenhuma garantia do cumprimento do contrato, isso não seria contratar com eles, isso seria realmente colocar-se sob sua discrição.

2

Como contar com engajamentos em relação aos quais não se pode forçar os contratantes a cumpri-los, e que o interesse que lhes... mudando...

3

Vós me haveis submetido pela força, e enquanto éreis o mais forte eu vos obedeci fielmente. Agora, o motivo pelo qual eu me sujeitava tendo cessado, minha submissão acaba e não poderíeis dizer porque eu vos obedecia sem dizer ao mesmo tempo o porquê de eu não mais vos obedecer.

4

Cessão que não pode jamais ser legítima porque ela é fundada sobre um poder que não é vantajoso nem ao mestre nem ao escravo, e por consequência é contrária ao direito natural. Pois a vantagem de comandar só é, para além do serviço da pessoa, um bem imaginário e puramente de opinião, e é a mesma coisa para a comodidade pessoal de um príncipe que ele tenha cem mil súditos a mais ou a menos. É ainda menos um bem ser constrangido à obediência quando não se tem garantia de ser bem comandado, contudo, que se possa a seu bel prazer fazer com que os povos passem de mestre em mestre como rebanhos de feras, sem consultar nem seu interesse nem sua opinião. Isso é, falando seriamente, zombar das pessoas.

5

Pois todos os direitos civis estando fundados naquele da propriedade, tao logo esse último seja abolido nenhum outro pode subsistir. A justiça não passaria de uma quimera, o governo de uma tirania e a autoridade pública, não tendo nenhum fundamento legítimo, ninguém seria levado a reconhecê-la a não ser quando fosse constrangido pela força.

6

Como foi dito que a beleza não é senão a reunião dos traços mais comuns, pode-se dizer que a virtude é a coleção das vontades mais gerais.

7

A perversidade não passa no fundo de uma oposição da vontade particular e da vontade pública, e é por isso que não seria possível haver liberdade entre malvados, pois se cada um fizer a sua vontade, ela contrariará a vontade pública ou a de seu vizinho, e o mais frequentemente tanto uma quanto a outra. Caso seja constrangido a fazer a vontade pública ele nunca realizará a sua.

8

A vontade geral sendo no Estado a regra do justo e do injusto, e sempre levada em direção ao bem público e particular, a autoridade pública deve ser somente a executora dessa vontade, de onde se segue que, de todas as espécies de governo, o melhor por sua natureza é aquele que se liga a ela da melhor forma. Aquele cujos membros tem a menor quantidade de interesse pessoal contrário ao do povo, pois essa duplicidade de interesses acaba dando aos chefes uma vontade particular que frequentemente, em sua administração, leva a melhor sobre a geral. Se o sobrepeso do corpo leva prejuízo à cabeça, ela terá grande preocupação em impedir que o corpo engorde. Se a felicidade de um povo é um obstáculo para a ambição dos chefes, que o povo não se vanglorie jamais de ser feliz.

Mas se o governo é constituído como deve ser, e segue os princípios que ele deve ter, sua primeira preocupação na economia ou na administração pública será então de zelar sem cessar pela execução da vontade geral, que é a uma só vez o direito do povo e a fonte de sua felicidade. Toda decisão dessa vontade chama-se lei e, por consequência, o primeiro dever dos chefes é de velar pela observação das leis.

9

Contanto que o governo não aja senão em prol do bem público é impossível que ele atente contra a liberdade, porque desse modo ele não faz mais do que executar a

vontade geral, e que ninguém pode se considerar em estado de servidão quando só obedece à sua vontade.

10

Mas todas as vezes em que é questão de um verdadeiro ato de soberania, que não é mais do que uma declaração da vontade geral, o povo não pode ter representantes, porque lhe é impossível de se assegurar que eles não substituirão suas vontades pelas deles, e que eles não forçarão os particulares a obedecer em seu nome às ordens que ele não deu e nem desejou dar. Crime de lesa majestade em relação ao qual poucos governos estão isentos.

11

Sobre o que deve-se cuidar para não confundir a essência da sociedade civil com aquela da soberania. Pois, o corpo social resulta de um só ato de vontade e toda sua duração não é senão a consequência e efeito de um engajamento anterior, cuja força cessa de agir somente quando esse corpo é dissolvido. Mas a soberania que não é outra coisa senão o exercício da vontade geral é livre como ela e não está submetida a nenhuma espécie de engajamento. Cada ato de soberania, assim como cada instante de sua duração é absoluto, independente daquele que o precede, e jamais o soberano age porque ele assim o quis, mas porque ele o quer.

12

Disse alhures qual era o objetivo da administração pública, e disse como o governo devia ser constituído para que se direcione o mais diretamente a esse objetivo. Resta-me procurar o que ele deve fazer para alcançá-lo ou para aproximar-se o mais que se possa dele.

O objetivo do governo é a realização da vontade geral, o que o impede de chegar a esse objetivo é o obstáculo representado pelas vontades particulares.

13

Todos os deveres essenciais do governo estão contidos nesse pequeno número de artigos principais: 1 – fazer com que as leis sejam observadas, 2 – defender a liberdade, 3 – preservar os costumes, 4 e prover às necessidades públicas. Mas ainda que esses preceitos pareçam importantes, eles se reduzirão a máximas vãs e estéreis, impossíveis de serem praticadas se não forem tornados eficazes pelo princípio ativo e sublime que deve inspirá-los. É o que eu gostaria de me esforçar por explicitar.

14

O primeiro motivo em relação ao qual se uniram os homens em uma confederação civil foi sua segurança mútua, ou seja, a garantia da vida e da liberdade de cada um por toda a comunidade. O primeiro dever do governo é, então, o de fazer com que os cidadãos gozem pacificamente tanto de uma quanto da outra, e a observação das leis elas mesmas só é tão severamente exigida porque a lei não é outra coisa senão uma declaração da vontade pública, e que não se poderia enfrentá-la sem atacar a liberdade. Como o Público não é outra coisa senão o conjunto dos particulares, seus direitos são fundados unicamente sobre os deles.

15

Quando todas as partes do estado concorrem para sua solidez, e que todas as suas forças estão prontas a reunirem-se em sua defesa em caso de necessidade, quando os particulares pensam tão somente em sua conservação na medida em que ela é útil àquela do estado, assim o corpo está tão assegurado quanto ele possa estar, e resiste com toda sua massa aos impulsos estrangeiros. Porém, quando a coisa pública está mal assentada, que todo seu peso não ajuda a manter o equilíbrio e que as suas forças, divididas, opondo-se umas às outras destroem-se mutuamente, o menor esforço é suficiente para virar de ponta-cabeça todo o equilíbrio, e o estado será destruído assim que for atacado.

16

Concluamos que o coração dos cidadãos é a melhor vigilância do Estado, que ele será sempre bem defendido se ele for, além disso, bem governado. Essa parte está tão ligada a todas as outras que um bom governo não tem precisão nem de tropas nem de aliados, e que um governo ruim, torna-se ainda pior apoiado sobre tais suportes.

17

Restando a falar do governo e não da soberania, tendo, ademais, me limitado às regras gerais que podem ser aplicadas a tudo, comecei por supor boas leis. Leis que não foram ditadas por nenhum interesse particular e que, por consequência, sejam obra do corpo da nação. Solicitei que elas fossem observadas de modo exato e que os chefes, em nome do seu próprio interesse, não fossem por elas menos submetidos do que o povo. Mostrei que essa situação só poderia ser alcançada com costumes e amor pela pátria. Falei sobre os meios de obter ambos. Acredito agora poder concluir que todas essas regras sendo praticáveis e suficientes, pois o amor pela pátria supre tudo, não é impossível governar favoravelmente e sabiamente por meio delas um povo livre sem

que seja necessário imaginar com isso uma espécie de homens mais perfeita que a nossa. Se esse fosse o caso, seria preciso defender que os romanos e os espartanos eram de uma outra natureza. Eis tudo o que tinha a dizer sobre essa parte da economia pública que concerne à administração das pessoas. Resta-me falar daquelas dos bens.

18

É surpreendente que entre tantas diferenças sensíveis, Arsitóteles só tenha observado uma que não é nem mesmo universal. É que a república é governada por muitos chefes quando a família tem apenas um.

19

A grande sociedade só pôde se estabelecer sobre o modelo da família porque, sendo composta por uma multidão de famílias que antes da associação não tinham nenhuma regra comum, seu exemplo não poderia ser fornecido ao estado. Ao contrário, o estado, caso seja bem governado, deve fornecer a todas as famílias regras comuns e prover de uma maneira uniforme a autoridade do pai, a obediência dos servos e a educação das crianças.

20

Nos Estados em que os costumes valem mais do que as leis, como era o caso da república de Roma, a autoridade do pai não saberia ser excessivamente absoluta, mas em todos os lugares onde, como em Esparta, as leis são a fonte dos costumes, é preciso que a autoridade privada seja de tão modo subordinada à autoridade pública que mesmo na família a República comanda preferencialmente ao pai. Essa máxima me parece incontestável ainda que ela forneça uma consequência oposta àquela do *Espírito das leis*.<sup>4</sup>

21

É igualmente perigoso que o soberano se arrogue direito sobre as funções de magistratura ou que o magistrado faça isso em relação à soberania.

22

Essa deve ser uma das primeiras leis do estado: que uma mesma pessoa não possa ocupar ao mesmo tempo muitos cargos, seja para que um maior número de cidadãos tenha parte no governo, seja para não deixar a nenhum dentre eles mais poder do que desejou o legislador.

23

---

<sup>4</sup> Obra escrita por Montesquieu.

Eis porque a autoridade dos magistrados, que se estendia somente sobre os homens, logo passou a ser um direito estabelecido sobre as possessões, e eis como o título de chefe da nação mudou, enfim, para aquele de soberano do território.

24

A potência de um povo serve antes para mostrar que ele se encontra em estado de se estender ou de se manter como ele está do que a provar que ele, de fato, vai bem.

25

Quando, a esse motivo vulgar, que é preciso não cessar de ocupar as pessoas do povo para que distraiam sua imaginação das coisas do governo, caso se queira que ele seja sábio e tranquilo, esse motivo é desmentido pela experiência: pois, jamais a Inglaterra foi tão tranquila como ela o é hoje em dia, e jamais os particulares foram tão ocupados, tão zelosos em relação às coisas da nação. Pelo contrário, veja a frequência das revoluções no oriente, onde os negócios do governo são sempre mistérios impenetráveis para o povo.

É bastante aparente que toda essas máximas bárbaras e sofisticadas foram introduzidas por ministros infieis e corruptos que tinham grande interesse em que suas prevaricações fossem expostas ao [grande dia?].

26

Caso haja algum soberano que se conduza por máximas contrárias, trata-se de um tirano. E se há algum súdito capaz de inspirar tais máximas ao seu soberano, trata-se de um traidor.

27

Muitos honraram a probidade e recompensaram a virtude, mas o caráter do monarca é outra coisa, assim como o espírito da monarquia. Escute a plateia manifestar-se e murmurar no desfecho de *Tartufo*. Esse murmúrio terrível, que deveria fazer tremer os reis, vos explicará mais do que bem aquilo que eu gostaria de dizer.

28

Jesus Cristo, cujo reino não era deste mundo, jamais pensou em dar um polegar de terra a quem quer que fosse, e não possuía nenhuma ele mesmo, porém, seu humilde vigário depois de ter-se apropriado do território de Cesar, distribuiu o império do mundo aos servidores de Deus.

29

... a sabedoria do governo, a atividade das leis, a integridade dos chefes, a confiança do povo, a harmonia de todas as ordens e, sobretudo, o desejo geral pelo bem público...